



## Matérias veiculadas na mídia

*Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS)*

**Terça-feira, 10 de abril de 2007**

**Veículo: Agência Brasil**

([www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/10/materia.2007-04-10.8056457324/view](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/10/materia.2007-04-10.8056457324/view))

 **RADIOBRÁS**

**AGÊNCIA BRASIL**

### **Mulheres querem colocar 28 milhões de trabalhadoras informais na Previdência**



Brasília - Uma manifestação de organizações feministas defendeu hoje (10) a criação de um sistema especial de aposentadoria para mulheres que trabalham em atividades de economia familiar, como donas-de-casa e costureiras. O sistema seria semelhante ao que existe para os trabalhadores rurais, que não precisam contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ter direito à aposentadoria.

“Isso permitiria que as mulheres que têm pequenos empreendimentos possam junto com suas famílias contribuir e ser parte do sistema previdenciário”, explica a integrante do movimento, Guacira Oliveira, da Articulação das Mulheres Brasileira, entidade que organizou o protesto.

Atualmente, das 40 milhões de pessoas que não têm cobertura da previdência social no país, 70% são mulheres, segundo Guacira Oliveira. O dado, segundo ela, justifica a necessidade de propostas “firmes” para que as mulheres sejam incluídas nesse sistema de proteção social.

A contribuição de 11% do rendimento ao INSS pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas não é uma alternativa, acredita Guacira Oliveira. “Para as mulheres de

baixa renda ou que estão sem renda nenhuma essa medida é inócua”, afirma. Segundo ela, esse percentual ainda é elevado e seria preciso ter uma alíquota própria para lidar com a questão das donas de casa.

E mesmo garantindo a aposentadoria as mulheres estão em desvantagem, segundo a demógrafa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Simone Wajnman. O valor médio do benefício masculino é maior do que o feminino em função da menor capacidade contributiva das mulheres. “Os benefícios das mulheres tendem a ser pensão herdada dos maridos e aposentadoria por idade. Os benefícios masculinos são mais ligados a contribuição e o tipo mais predominante é o por tempo de contribuição cujo valor médio é o mais elevado de toda a categoria”, explica.

Para equilibrar o sistema entre homens e mulheres seriam necessárias mudanças estruturais no mercado de trabalho, com mais espaço para as mulheres em atividades formais e bem remuneradas, aponta a pesquisadora.

Brasília - Uma manifestação de organizações feministas defendeu hoje (10) a criação de um sistema especial de aposentadoria para mulheres que trabalham em atividades de economia familiar, como donas-de-casa e costureiras. O sistema seria semelhante ao que existe para os trabalhadores rurais, que não precisam contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ter direito à aposentadoria.

“Isso permitiria que as mulheres que têm pequenos empreendimentos possam junto com suas famílias contribuir e ser parte do sistema previdenciário”, explica a integrante do movimento, Guacira Oliveira, da Articulação das Mulheres Brasileira, entidade que organizou o protesto.

Atualmente, das 40 milhões de pessoas que não têm cobertura da previdência social no país, 70% são mulheres, segundo Guacira Oliveira. O dado, segundo ela, justifica a necessidade de propostas “firmes” para que as mulheres sejam incluídas nesse sistema de proteção social.

A contribuição de 11% do rendimento ao INSS pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas não é uma alternativa, acredita Guacira Oliveira. “Para as mulheres de baixa renda ou que estão sem renda nenhuma essa medida é inócua”, afirma. Segundo ela, esse percentual ainda é elevado e seria preciso ter uma alíquota própria para lidar com a questão das donas de casa.

E mesmo garantindo a aposentadoria as mulheres estão em desvantagem, segundo a demógrafa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Simone Wajnman. O valor médio do benefício masculino é maior do que o feminino em função da menor capacidade contributiva das mulheres. “Os benefícios das mulheres tendem a ser pensão herdada dos maridos e aposentadoria por idade. Os benefícios masculinos são mais ligados a contribuição e o tipo mais predominante é o por tempo de contribuição cujo valor médio é o mais elevado de toda a categoria”, explica.

Para equilibrar o sistema entre homens e mulheres seriam necessárias mudanças estruturais no mercado de trabalho, com mais espaço para as mulheres em atividades formais e bem remuneradas, aponta a pesquisadora.

Brasília - Uma manifestação de organizações feministas defendeu hoje (10) a criação de um sistema especial de aposentadoria para mulheres que trabalham em atividades de economia familiar, como donas-de-casa e costureiras. O sistema seria semelhante ao que existe para os trabalhadores rurais, que não precisam contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ter direito à aposentadoria.

“Isso permitiria que as mulheres que têm pequenos empreendimentos possam junto com suas famílias contribuir e ser parte do sistema previdenciário”, explica a integrante do movimento, Guacira Oliveira, da Articulação das Mulheres Brasileira, entidade que organizou o protesto.

Atualmente, das 40 milhões de pessoas que não têm cobertura da previdência social no país, 70% são mulheres, segundo Guacira Oliveira. O dado, segundo ela, justifica a necessidade de propostas “firmes” para que as mulheres sejam incluídas nesse sistema de proteção social.

A contribuição de 11% do rendimento ao INSS pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas não é uma alternativa, acredita Guacira Oliveira. “Para as mulheres de baixa renda ou que estão sem renda nenhuma essa medida é inócua”, afirma. Segundo ela, esse percentual ainda é elevado e seria preciso ter uma alíquota própria para lidar com a questão das donas de casa.

E mesmo garantindo a aposentadoria as mulheres estão em desvantagem, segundo a demógrafa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Simone Wajnman. O valor médio do benefício masculino é maior do que o feminino em função da menor capacidade contributiva das mulheres. “Os benefícios das mulheres tendem a ser pensão herdada dos maridos e aposentadoria por idade. Os benefícios masculinos são mais ligados a contribuição e o tipo mais predominante é o por tempo de contribuição cujo valor médio é o mais elevado de toda a categoria”, explica.

Para equilibrar o sistema entre homens e mulheres seriam necessárias mudanças estruturais no mercado de trabalho, com mais espaço para as mulheres em atividades formais e bem remuneradas, aponta a pesquisadora.

### **Mulheres lançam fórum paralelo sobre reforma da Previdência**

Brasília - Mulheres camponesas, extrativistas, trabalhadoras domésticas e donas-de-casa, entre outras, lançam hoje (10), na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o Fórum Paralelo Itinerante sobre a Previdência Social. O lançamento será feito paralelamente à 3ª reunião do Fórum Nacional de Previdência Social e simultaneamente ao painel Mulheres e Previdência, que estará ocorrendo no fórum.

O objetivo do movimento é enfrentar o debate que será realizado no encontro promovido pelo governo, bem como as discussões sobre o tema no Congresso Nacional.

No mês passado, um grupo formado por representantes de organizações que defendem os direitos femininos reivindicou a inclusão do movimento no Fórum Nacional. As foram aceitas como observadoras e não como membros participantes porque a estrutura do fórum é composta pelos segmentos dos trabalhadores, governo

e empregadores. O Fórum Nacional da Previdência Social vai debater, das 9 às 17 horas, no ministério, o panorama das reformas no mundo, comparações internacionais e a Previdência Social e a mulher.

**Segunda-feira, 29 de outubro de 2007**

**Veículo: Centro de Cultura Luiz Freire**

**(<http://www.cclf.org.br>)**



### **Mulheres reivindicam direitos no sistema previdenciário**

Fonte: SOS Corpo / Ponto Social - Agência de Comunicação

Para pressionar mudanças na previdência brasileira, nesta terça (30) e quarta-feira (31), cerca de 400 mulheres promovem o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS). Elas vão acampar em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado pelo presidente da República em fevereiro para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário. Nesse espaço, as organizações de mulheres não possuem assento.

A secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e educadora do SOS Corpo, Silvia Camurça, afirma que o objetivo do FIPPS é chamar atenção sobre a pauta das mulheres. “Solicitamos vaga no fórum nacional, mas só conseguimos ser ouvintes. Dessa forma, resolvemos fazer o FIPPS para dar visibilidade às questões das mulheres. Os movimentos sociais ficaram de fora, só participam integrantes do governo, empresários e centrais sindicais”, explicou Silvia Camurça.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. “Nossas questões prioritárias são o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social. Defendemos também um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo”, disse Silvia Camurça. As mulheres também propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

Durante o FIPPS, estão programados grupos de trabalho com o objetivo de promover um intercâmbio de experiência entre as mulheres rurais e urbanas, identificando os problemas, para, no segundo dia, discutir estratégias e elaborar uma carta que será entregue ao FNPS. “A idéia é que o documento

influencie o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao Presidente da República e deve orientar proposta de legislação. Também estamos analisando a possibilidade de enviar um material analítico depois de dez dias ao governo federal”, informou Silvia Camurça.

O Fórum Nacional da Previdência Social foi instalado no início deste ano com vistas ao “aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social” (Decreto 6.019/2007 ).

O FIPPS foi convocado pela AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

O Fórum possui o apoio do Centro Feminista de Assessoria e Pesquisa (Cfemea), SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia, Central Única dos Trabalhadores/DF, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas (Ibase), Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (ANFIP), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO Sindical), Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da FASE (FASE/SAAP), Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), EED e OXFAM Novib.

Mais informações:

Socorro Macedo  
Ponto Social - Agência de Comunicação  
Tel: 55 81 3443-7912/9625-1968

Fonte: Silvia Camurça  
SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia e integrante da AMB  
Tel: 55 81 3087-2086/9937-8635

**Veículo: Blog do MNDH – PE**

**([www.mndh-pe.blogspot.com/](http://www.mndh-pe.blogspot.com/))**



## **Mulheres reivindicam direitos no sistema previdenciário**

Hoje, são 40 milhões de pessoas na informalidade no Brasil e as mulheres representam mais de 70% deste total. A maioria delas é pobre e negra que não têm como pagar para ter direito à Previdência Social.

Recife, 29 de outubro - Para pressionar mudanças na previdência brasileira, nesta terça (30) e quarta-feira (31), cerca de 400 mulheres promovem o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS). Elas vão acampar em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado pelo presidente da República em fevereiro para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário. Nesse espaço, as organizações de mulheres não possuem assento.

A secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e educadora do SOS Corpo, Silvia Camurça, afirma que o objetivo do FIPPS é chamar atenção sobre a pauta das mulheres. “Solicitamos vaga no fórum nacional, mas só conseguimos ser ouvintes. Dessa forma, resolvemos fazer o FIPPS para dar visibilidade às questões das mulheres. Os movimentos sociais ficaram de fora, só participam integrantes do governo, empresários e centrais sindicais”, explicou Silvia Camurça.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. “Nossas questões prioritárias são o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social. Defendemos também um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo”, disse Silvia Camurça. As mulheres também propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

Durante o FIPPS, estão programados grupos de trabalho com o objetivo de promover um intercâmbio de experiência entre as mulheres rurais e urbanas, identificando os problemas, para, no segundo dia, discutir estratégias e elaborar uma carta que será entregue ao FNPS. “A idéia é que o documento influencie o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao Presidente da República e deve orientar proposta de legislação. Também estamos analisando a possibilidade de enviar um material analítico depois de dez dias ao governo federal”, informou Silvia Camurça.

O Fórum Nacional da Previdência Social foi instalado no início deste ano com vistas ao “aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social” (Decreto 6.019/2007 ).

O FIPPS foi convocado pela AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

O Fórum possui o apoio do Centro Feminista de Assessoria e Pesquisa (Cfemea), SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia, Central Única dos Trabalhadores/DF, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas (Ibase), Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (ANFIP), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO Sindical), Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da FASE (FASE/SAAP), Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), EED e OXFAM Novib.

**Terça-feira, 30 de outubro de 2007**

**Veículo: Site do Centro de Mídia Independente**

([www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/))



### **Mulheres reivindicam direitos no sistema previdenciário**

Por SOS Corpo / Ponto Social

Hoje, são 40 milhões de pessoas na informalidade no Brasil e as mulheres representam mais de 70% deste total. A maioria delas é pobre e negra. Dessa forma, a maior parte das mulheres não tem como pagar para ter direito à Previdência Social.

Recife, 29 de outubro - Para pressionar mudanças na previdência brasileira, nesta terça (30) e quarta-feira (31), cerca de 400 mulheres promovem o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS). Elas vão acampar em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, espaço onde as organizações de mulheres não possuem assento.

A secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e educadora do SOS Corpo, Silvia Camurça, afirma que o objetivo do FIPPS é chamar atenção sobre a pauta das mulheres. "Solicitamos vaga no fórum nacional, mas só conseguimos ser ouvintes. Dessa forma, resolvemos fazer o FIPPS para dar visibilidade às questões das mulheres. Os movimentos sociais

ficaram de fora, só participam integrantes do governo, empresários e centrais sindicais", explicou Silvia Camurça.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. "Nossas questões prioritárias são o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social e defendemos um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo", disse Silvia Camurça. As mulheres também propõem garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

Durante o FIPPS, estão programados grupos de trabalho com o objetivo de promover um intercâmbio de experiência entre as mulheres rurais e urbanas, identificando os problemas, para, no segundo dia, discutir estratégias e elaborar uma carta que será entregue ao FNPS. "A idéia é que o documento influencie o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao Presidente da República e deve orientar proposta de legislação. Também estamos analisando a possibilidade de enviar um material analítico depois de dez dias ao governo federal", informou Silvia Camurça.

O Fórum Nacional da Previdência Social foi instalado no início deste ano com vistas ao "aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social".

O FIPPS foi convocada pela Articulação de Mulheres Brasileiras- AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD, Marcha Mundial das Mulheres - MMM, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, Movimento de Mulheres Camponesas - MMC e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE.

O Fórum possui o apoio do Centro Feminista de Assessoria e Pesquisa - Cfemea, SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia, Central Única dos Trabalhadores/DF, Instituto de Estudos Sócio-econômicos - INESC Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas - Ibase, Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal - ANFIP-, UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - CEBES-, FASE/SAAP-Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da FASE, Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá - CIDA, EED e OXFAM Novib.

**Quarta-feira, 31 de outubro de 2007**

**Veículo: Site Pernambuco.com**  
([www.pernambuco.com](http://www.pernambuco.com))



### **Mulheres entregam pauta no Fórum da Previdência**

Para pressionar mudanças na previdência brasileira, cerca de 400 mulheres entregam hoje uma carta com as suas pautas para o Fórum Nacional da Previdência Social. De acordo com Silvia Camurça, da ONG pernambucana SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a idéia é que o documento influencie o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao presidente Lula e oriente a proposta de legislação. “Também estamos analisando a possibilidade de enviar um material analítico depois de dez dias ao governo federal”, acrescentou.

A atividade faz parte da programação do Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS), que acontece em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado pelo presidente da República em fevereiro para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário. Nesse espaço, as organizações de mulheres não possuem assento.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. “Nossas questões prioritárias são o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social. Defendemos também um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo”, disse.

As mulheres também propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

**Veículo: Site da Folha de Pernambuco**  
([www.folhape.com.br](http://www.folhape.com.br))



### **Mulheres entregam reivindicações ao Fórum Nacional da Previdência Social**

Para pressionar mudanças na previdência brasileira, hoje (31), cerca de 400 mulheres entregam uma carta com as suas pautas para o Fórum Nacional da Previdência Social. Essa atividade faz parte da programação do Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS), que acontece em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS).

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. Elas propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

**Veículo: Site da Agência Brasil**

([www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br))



**AGÊNCIA BRASIL**

### **Marinho fala sobre resultados da reunião do Fórum Nacional de Previdência Social**

Brasília - O ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, dá entrevista hoje (31), às 15h, sobre o Fórum Nacional de Previdência Social. Ele falará sobre os consensos obtidos e o documento que será enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva com propostas de mudanças na legislação previdenciária.

A 12ª reunião do fórum começou segunda-feira (29) em Brasília. Representantes dos trabalhadores, empregadores e governo discutem, até hoje, temas como aposentadorias da área rural e pensões por morte.

Para discutir os rumos da reforma da Previdência, 300 mulheres de movimentos sociais de todo o país, incluindo representantes da Via Campesina, estão em Brasília desde segunda-feira. Elas participam do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social, que propõe a proteção previdenciária ao trabalho feminino em qualquer atividade produtiva, na reprodução e no cuidado familiar.

O movimento debate hoje suas propostas com a bancada feminina na Câmara dos Deputados. O encontro está marcado para as 16h, no Espaço Cultural da instituição.

**Veículo: CPT**

([www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br))

## **Ministro da Previdência visita Fórum Paralelo de Previdência**

*Na ocasião, Luiz Marinho recebeu a carta de reivindicações do Fórum Itinerante*

Na manhã do dia 31 de outubro, o Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho visitou o acampamento do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social (FIPPS) que acontece desde ontem em frente ao Ministério da Previdência, em Brasília com a presença de 300 mulheres integrantes de movimentos sociais, dentre elas a Via Campesina.

Durante a visita, as mulheres entregaram a carta de reivindicações aprovada em plenária realizada também pela manhã de hoje. O ministro se comprometeu em levar as demandas do FIPPS ao Fórum Oficial, cujas atividades terminam hoje. “Vou olhar as demandas. Nem tudo é aceito no Fórum. É difícil a negociação”, disse o ministro Marinho.

A “carta aberta das mulheres” é endereçada tanto ao Ministro Marinho, como ao presidente Luís Inácio Lula da Silva. O documento reafirma que, para as mulheres, a reforma realmente necessária deve ser voltada para ampliar direitos e cidadania. “Somos contra toda e qualquer mudança na previdência social que resulte na destituição de direitos para as mulheres e acentuando a desproteção social a que já estão submetidos/as mais de 46 milhões de trabalhadores/as brasileiros/as”, afirma a carta.

O FIPPS surgiu em abril como um contraponto ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), criado para apresentar propostas para mais uma reforma da Previdência. Além de ministérios, fazem parte do grupo de discussão centrais sindicais e confederações patronais. O movimento de mulheres, porém, não foi incluído nos debates, podendo participar apenas como observador.

O fórum paralelo defende sim mudanças na Previdência Social, mas para garantir direitos das mulheres e para melhorar o sistema. “O Estado brasileiro precisa parar de dizer não aos nossos direitos. As mulheres têm uma situação de trabalho das mais precárias e esse é um problema de política pública e da Previdência Social brasileira”, diz o documento a ser apresentado ao fórum oficial.

O FIPPS é convocado pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/ Via Campesina), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de coco de Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

**Veículo: INFORMABONG**



## **MULHERES REÚNEM-SE NO FÓRUM PARALELO SOBRE A PREVIDÊNCIA**

Com o objetivo de pressionar para que ocorram mudanças na Previdência Social brasileira, cerca de 400 mulheres, representações de áreas urbanas e rurais, promovem, em Brasília, o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS). O encontro, realizado nos dias 30 e 31 de outubro, acontece paralelamente ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado em fevereiro pelo presidente da República para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário.

O FIPPS foi convocado pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e conta com o apoio de diversas organizações da sociedade civil.

A secretária executiva da AMB e educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, Silvia Camurça, lembra que o FIPPS foi lançado no dia 10 abril, em Brasília, em frente ao Ministério da Previdência, durante uma das reuniões do Fórum oficial, para dar visibilidade às questões das mulheres. Apesar de terem solicitado vaga no Fórum Nacional, só conseguiram ser ouvintes. “Os movimentos sociais ficaram de fora, só participam integrantes do governo, empresários e centrais sindicais”, salienta. “Mas a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, tem sido uma aliada importante no Fórum oficial, recebendo comissões do movimento, dialogado e defendido às demandas que apresentamos.”

As entidades que convocam FIPPS, como relata Silvia, organizaram atividades, nos meses subseqüentes ao seu lançamento, na Bahia, Pernambuco e São Paulo, além de um seminário técnico em Brasília, em julho. A reunião deste final de outubro é a última atividade do Fórum Paralelo, já que o Fórum oficial está encerrando seus trabalhos nesta semana.

No primeiro dia do Fórum Paralelo, foram formados grupos de trabalho para intercâmbio sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, no campo e na cidade, para melhor identificar as problemáticas enfrentadas. Também foram revisadas as propostas para o aprimoramento da Previdência brasileira, elaboradas nos debates e seminários do FIPPS.

Silvia observa que, no âmbito do FNPS, as mulheres são apontadas, com frequência, como parte do suposto problema da Previdência. “E, com isto, cogita-se em reduzir a diferença de idade para aposentadoria, cancelar benefícios de pensão a viúvas jovens e sem filhos, manter o fator previdenciário. Ou seja, além de deixar ao abandono a população do setor informal – sem pensar nos avanços que podemos ter com a proteção social desta população, 70% da qual é de mulheres – cogita-se na retirada de direitos adquiridos, no caso das mulheres.”

No dia 31, o centro dos debates está nas estratégias de segmento da luta até o final deste ano e em 2008, que darão base para a elaboração de uma carta, a ser entregue ao FNPS. “O Fórum Paralelo acaba, mas a luta continua, assim, teremos que pensar de que forma seguiremos no ano que vem.” *Saiba mais:* [www.articulacaodemulheres.org.br/](http://www.articulacaodemulheres.org.br/)

**Veículo: VERMELHO.ORG.BR**  
([www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br))



### **Mulheres se encontram com ministro na discussão sobre Previdência**

O ministro da Previdência, Luiz Marinho, e as mulheres reunidas no Fórum Itinerante da Previdência Social, se encontraram na manhã desta quarta-feira (31) na porta do prédio do Ministério. O ministro disse que a apresentação das resoluções do Fórum Nacional não esgota a discussão porque o assunto é polêmico. As mulheres, que tem uma opinião consensuada, apresentaram as propostas delas para a inclusão previdenciária e a proteção social das mulheres trabalhadoras da cidade e do campo.



*Jô Moraes acompanha discussões entre mulheres e ministro.*

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) esteve no encontro entre o ministro e as mulheres, que ocorreu na tenda armada pelo Fórum Itinerante, desde terça-feira (30), em frente ao prédio do Ministério, para fazer discussão paralela ao Fórum Nacional da Previdência Social. Jô concorda com o ministro de que o assunto deve ser intensificado e ampliado.

À tarde, na audiência das mulheres com a bancada feminina da Câmara, a deputada comunista alertou às mulheres que "não é oportuno que tramite, nesse momento, nessa Casa, qualquer reforma da previdência, porque há uma correlação de força desfavorável aos trabalhadores".

Segundo ela, "qualquer reforma previdenciária tenderia a ser aprovada retirando ou reduzindo direitos dos trabalhadores, nenhum avanço seria incorporado", citando os casos recentes da aprovação da Emenda 3 e mais recentemente da votação da regulamentação das centrais sindicais. "Nessas duas votações, os trabalhadores tiveram perdas", destacou.

### **Discussão e pressão**

"O mais importante não é agilizar a tramitação das propostas, afirmou, sugerindo que elas – mulheres trabalhadoras - venham à Casa "para que discutam e pressionem os parlamentares na formulação de algo que, se não avance, mantenha os direitos". Ela faz referência a proposta de acabar com a diferença de idade entre homens e mulheres para aposentadoria.

A idade mínima para aposentadoria dos homens é de 65 anos e das mulheres, 60. Existe proposta de aumentar para 65 a idade mínima de aposentadoria para as mulheres.

Jô Moraes lembrou que existe um projeto que está em tramitação na Câmara que se refere a extensão da Previdência para a dona de casa, considerando trabalho todas as atividades domésticas que a dona de casa realiza. Para a deputada, "medidas pontuais como essa podem significar conquista, desde que se faça intensa atividade", disse.

E acrescenta que nesse projeto podem ser incorporadas as mulheres do mercado informal, reduzindo o percentual de contribuição delas - para garantir cobertura previdenciária aos trabalhadores do mercado informal que são essencialmente mulheres. Essa é a principal reivindicação das mulheres que foi entregue ao ministro no documento endereçado ao Presidente Lula.

Para a deputada comunista, a presença do ministro Marinho foi importante porque ele afirmou que a apresentação das resoluções do Fórum Nacional não encerra o diálogo com a sociedade, adiantando que as resoluções não são consensuais. "Elas incorporam uma grande polêmica mesmo no interior do Fórum Nacional, disse Jô, repetindo as palavras do ministro.

Ela enfatizou a posição do Fórum Itinerante que, diferentemente do Fórum Nacional, tem propostas consensuais, e não concorda com as que foram debatidas no Fórum Nacional".

### **Contraponto importante**

Jô avalia que a realização do Fórum Itinerante sobre a Previdência Social - iniciativa de um conjunto de organizações de mulheres – "tem jogado papel importante, primeiro no pedido de incorporação das mulheres ao Fórum Nacional e, neste momento, em que o Fórum Nacional vai apresentar a síntese dos seus trabalhos, o acampamento deles criou importante contraponto para discutir a previdência social sobre a ótica das mulheres e trabalhadores".

As reivindicações das mulheres – expostas no documento entregue às autoridades - são sintetizadas em sete itens, que vão desde a universalização da seguridade social, de acordo com a Constituição de 1988, até o retorno do funcionamento do Conselho Nacional da seguridade Social, com poder deliberativo e composição com participação das mulheres.

As mulheres defendem ainda a taxaço sobre grandes fortunas para financiamento da seguridade social, contribuindo para a desconcentraço da riqueza no País; e a inclusáo das mulheres no sistema previdenciário, desde as donas de casa e empregadas domésticas até as trabalhadoras do setor informal, que representam 70% deste segmento.

De Brasília  
Márcia Xavier

**Quinta-feira, 01 de novembro de 2007**

**Veículo: Jornal do Comercio**

**jornal do  comercio**



**» Garantias**

Cerca de 400 mulheres entregam hoje uma carta de reivindicações ao Fórum Nacional da Previdência Social. Querem garantia de ter o salário-mínimo como valor de benefícios previdenciários e a criação de regime de segurados, incluindo o mercado informal.

**Veículo: Site JC ONLINE**  
**(<http://jc.uol.com.br/>)**



### **Mulheres entregam reivindicações hoje ao Fórum**

Cerca de 400 mulheres entregam hoje uma carta com as suas pautas para o Fórum Nacional da Previdência Social. O objetivo é influenciar o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao Presidente da República e deve orientar proposta de legislação, implementando mudanças na previdência brasileira.

Essa atividade faz parte da programação do Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS), que acontece em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado pelo presidente da República em fevereiro para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário. Nesse espaço, as organizações de mulheres não possuem assento.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. Entre as questões prioritárias estão o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social, além de um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo.

As mulheres também propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de

segurados/as especiales urbanos, que garanta a inclusión dos segmentos informales, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimientos de mulheres.

O FIPPS foi convocado pela AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

**Veículo: Site Adital – Notícias de América Latina e Caribe**  
**([www.adital.com.br](http://www.adital.com.br))**



### **Mujeres se movilizan por derechos a la Previsión Social**

Las 400 mujeres que constituyen diversos movimientos sociales, agrupadas en el Forum Itinerante Paralelo de la Previsión Social (FIPPS) entraron en su segundo y último día de movilización, frente al Ministerio de la Previsión, en Brasilia. Hoy (31), ellas entregaron un documento destinado al Ministro Luiz Marinho y al Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que se posiciona en defensa de la previsión social pública, por una protección social para todas las mujeres excluidas del sistema jubilatorio.

El ministro de Previsión Social, Luiz Marinho, asumió que la reivindicación "es complicada". Del otro lado, Rosângela Piovizani, del Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC/ Vía Campesina), alega que la dificultad está sólo en la falta de voluntad y en los intereses políticos.

"Tenemos mucha conciencia de que las cosas sólo ocurren si luchamos. Ya dimos un gran paso, pero todavía tenemos mucho que construir. El pueblo debe quedar en el primer lugar", enfatizó Piovizani, mostrando buenas expectativas sobre las exigencias presentadas en el documento.

Piovizani destacó la relevancia de que no ha cambiado la faja etaria para la jubilación femenina - 55 años. Agregó además que el Ministro Marinho se comprometió a apoyar la aprobación del proyecto de Ley que protege a los asegurados especiales - trabajadores rurales y amas de casa.

El resultado del campamento, en la evaluación de Piovizani, es positivo. "Conseguimos decir para qué vinimos. Salimos animadas", afirmó. Resta saber

si la evaluación del documento será positiva para este grupo de personas todavía desprovisto de previsión social, resaltado en la carta enviada: "Estamos en contra de todos y cualquier cambio en la previsión social que dé como resultado la destitución de derechos a las mujeres y acentuando la desprotección social a la que ya están sometidos/as más de 46 millones de trabajadoras/es brasileiras/os".

**Veículo: Site Pernambuco.com  
(www.pernambuco.com)**



### **Mulheres entregam pauta no Fórum da Previdência**

Para pressionar mudanças na previdência brasileira, cerca de 400 mulheres entregam hoje uma carta com as suas pautas para o Fórum Nacional da Previdência Social. De acordo com Silvia Camurça, da ONG pernambucana SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a idéia é que o documento influencie o relatório final do fórum nacional que será apresentado em dez dias ao presidente Lula e oriente a proposta de legislação. "Também estamos analisando a possibilidade de enviar um material analítico depois de dez dias ao governo federal", acrescentou.

A atividade faz parte da programação do Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social (FIPPS), que acontece em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília (DF). O fórum acontece em paralelo ao Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), na mesma cidade, criado pelo presidente da República em fevereiro para discutir o aperfeiçoamento do sistema previdenciário. Nesse espaço, as organizações de mulheres não possuem assento.

A pauta do FIPPS é baseada em debates e elaboração de estratégias para mudar a conjuntura das mulheres no mundo do trabalho. "Nossas questões prioritárias são o reconhecimento do trabalho não remunerado como relevante para previdência social. Defendemos também um sistema de inclusão previdenciário para quem trabalha no setor informal urbano, como ambulantes, manicures e faxineiras, por exemplo", disse.

As mulheres também propõem e reivindicam garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; criação de um regime de segurados/as especiais urbanos, que garanta a inclusão dos segmentos informais, em sua maioria composto por mulheres; e a instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, com participação de representantes dos movimentos de mulheres.

**Veículo: Revista Rits**

## **Desafio da política feminista: conquistar o direito à previdência social para todas as mulheres**

*Por Silvia Camurça[1]*

Nesta semana, ocorre em Brasília (DF) mais um esforço de mobilização do movimento de mulheres brasileiro, reunindo mulheres do campo e da cidade. Durante dois dias, elas permanecerão acampadas na tentativa de dar visibilidade ao problema da desproteção social a que estão submetidas milhões de trabalhadoras brasileiras. Desproteção previdenciária traduz-se, no caso das mulheres, em ausência de direitos à auxílio doença, licença gestante remunerada, aposentadoria por invalidez ou pensão para os/as filhos/as, em caso de morte.

Hoje, no Brasil, as mulheres representam mais de 70% das 40 milhões de pessoas na informalidade. Nesta situação estão, portanto, 28 milhões de mulheres trabalhadoras, são o grupo mais pobre entre as mulheres e a maioria é negra.

A situação é crítica entre: as trabalhadoras domésticas, as que trabalham por conta própria e aquelas que trabalham sem remuneração (as donas de casa ou aquelas que trabalham em regime de economia familiar, especialmente nas cidades). A Previdência Social não chega a 30% em cada uma dessas categorias.

Em relação aos 5,8 milhões de empregadas domésticas existentes no Brasil (PNAD/IBGE 2002), 4,3 milhões (74,2%) não têm registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e, conseqüentemente, não contribuem para a Previdência Social, nem recebem seus benefícios. Outras são descontadas, mas seus patrões não recolhem.

Já as que trabalham por conta própria não têm renda suficiente para contribuir com previdência ou não tem renda regular para contribuir de forma contínua durante todo o tempo em que trabalham. Quanto às que trabalham sem remuneração não podem beneficiar-se do compartilhamento dos direitos previdenciários das pessoas que na família contribuem. Além disto, é pouco freqüente que elas tenham o controle financeiro da renda familiar, ficando, assim, sem autonomia econômica na grande parte de suas vidas ou por toda a vida. Enquanto trabalham não contribuem e quando envelhecem ficam sem direito à aposentadoria. Já que a lógica do sistema é contributiva.

O regime especial de aposentadoria rural tem sido um dos principais caminhos para a conquista da autonomia econômica pelas mulheres. Mas está sob constante ameaça, alvo do ataque de setores liberais, enquanto o movimento defende a ampliação de tal regime para setor urbano.

Na perspectiva do feminismo, a desproteção social enfrentada pelas mulheres decorre de três fatores principais: (a) as tarefas de cuidados familiares e domésticas - colocada nas

costas das mulheres pela divisão sexual do trabalho - não são reconhecidas como trabalho, (b) a dupla jornada vivida pelas mulheres não é tomada como questão social para as políticas públicas e (c) a maior exploração sobre o trabalho das mulheres no mercado de trabalho não é percebida como um problema de injustiça social. Assim, seguem as mulheres, com menores salários, contratadas para ocupações mais precárias e menos valorizadas socialmente, submetidas a menor ou nenhuma proteção trabalhista.

Das mulheres brasileiras que integram a População Economicamente Ativa (PEA), 51,4% não possuem renda mensal regular. A maior parte da mão-de-obra feminina está ocupada no mercado informal ou em empregos precários (Plataforma Feminista Feminista, Brasília, junho de 2002). A taxa de desemprego feminino é cinco pontos percentuais mais elevada que as encontradas entre os homens (Schwarzer e Silva).

As análises relativas às populações negras e indígenas apontam dados similares à situação da população de mulheres: alto índice de informalidade e desemprego e conseqüente exclusão do sistema previdenciário. Segundo Silva e Schwarzer, dos 24,6 milhões de contribuintes selecionados para análise [PNAD, 1999], 16,1 milhões (65,2%) correspondiam a brancos (e amarelos que possuem perfil sócio-econômico similar aos brancos), enquanto apenas pouco mais de 1/3 dos contribuintes (8,6 milhões ou 34,%) eram formados por negros, pardos ou indígenas.

A desigualdade do mercado de trabalho se reproduz na previdência. O salário médio e o tempo de contribuição das mulheres são menores do que o dos homens, o quê redundando em menor valor de aposentadoria e benefícios para as mulheres. Sendo o benefício médio mais baixo entre as mulheres. A maior parte dos recursos da previdência é apropriada pelos homens, embora as mulheres sejam em maior número que estes entre a população beneficiária.

A maioria das aposentadorias por idade é paga às mulheres. Isto é revelador das dificuldades de contribuição das mulheres, o que faz com que a maioria delas não se aposente por tempo de contribuição. A grande maioria segue trabalhando por toda a vida.

É importante que se diga, viver mais, no caso das mulheres não significa viver melhor, muito menos, significa poder deixar para aposentar-se mais tarde. Apesar de as mulheres viverem mais que os homens, elas sofrem incidência maior de doenças crônicas, que determinam restrições de atividades. Além disto, para homens e mulheres a desproteção social aumenta com a idade, pois aumenta a dificuldade de se conseguir trabalho, há maior limitação da capacidade física e de inadequação às inovações tecnológicas.

Isto tudo nos faz confirmar a tese de que “o sistema de previdência social, lá nos seus primórdios, concebeu um beneficiário do sexo masculino, trabalhador engajado no mercado formal, chefe de família com vários dependentes, aos quais transmitia seus direitos previdenciários (Sueli Carneiro)”. Ao feminismo fica, mais esta vez, a tarefa de defesa dos direitos das mulheres e de articular a luta para enfrentar a necessária desprivatização e universalização do sistema.

*\*[1] SILVIA CAMURÇA, socióloga, integrante da equipe do SOS Corpo Instituto*

*Feminista para Cidadania, atualmente é secretária executiva colegiada da Articulação de Mulheres Brasileiras [AMB].*

**Crédito:**



Agência de Comunicação